



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141038 - SP (2021/0004581-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : E R DA S (PRESO)
RECORRENTE : E DE P (PRESO)
ADVOGADOS : JORGE FONTANESI JÚNIOR - SP291320
ANDERSON HENRIQUES HAMERMULER - SP269499
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por E. R. DA S. e E. DE P. contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2237378-74.2020.8.26.0000).

Os pacientes encontram-se presos preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 317, § 1º, do Código Penal (corrupção passiva), por 13 vezes, em concurso material.

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta aos recorrentes, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que a investigação refere-se a fatos pretéritos, e a ausência de contemporaneidade afasta a legitimidade da prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva imposta aos recorrentes, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão diante da existência de decisão fundamentada quanto à decretação da prisão preventiva.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente